

23/06/2009

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 713.551-2 PARANÁ

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGRAVANTE(S) : ESPÓLIO DE ALCEBÍADES GRACILIANO RODRIGUES
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE
AGRAVADO(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
ADVOGADO(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECATÓRIO. MORA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

I - Não cabe agravo de instrumento contra decisão do Tribunal de origem que determina o sobrestamento do feito com fundamento no art. 543-B do CPC. Entretanto, razões de economia processual e celeridade justificam a manutenção da decisão ora atacada.

II - O entendimento firmado no julgamento do RE 298.616/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, no sentido de que, não havendo atraso na satisfação do débito, não incidem juros moratórios entre a data da expedição e a data do efetivo pagamento do precatório, também se aplica ao período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório.

III - Agravo regimental improvido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Carlos Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito.

Brasília, 23 de junho de 2009.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR



23/06/2009**PRIMEIRA TURMA****AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 713.551-2 PARANÁ**

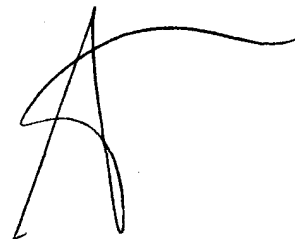
RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGRAVANTE(S)	: ESPÓLIO DE ALCEBÍADES GRACILIANO RODRIGUES
ADVOGADO(A/S)	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S)	: VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE
AGRAVADO(A/S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
ADVOGADO(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que conheceu do agravo de instrumento e deu provimento ao recurso extraordinário para aplicar o entendimento da Corte de que não incidem juros moratórios entre a data da expedição e a data do efetivo pagamento do precatório.

O agravante sustentou que a decisão não deve prosperar uma vez que o agravo de instrumento manejado pela Universidade seria incabível contra decisão do Tribunal de origem que determinou o sobrestamento do feito com fundamento no art. 543-B do CPC.

É o relatório.



23/06/2009**PRIMEIRA TURMA****AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 713.551-2 PARANÁ****V O T O**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem reexaminada a questão, verifica-se que a decisão não merece reforma.

Este o teor da decisão ora agravada:

"Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação ao art. 100, §§ 1º e 4º, da mesma Carta.

O agravo merece acolhida. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 298.616/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, conheceu e deu provimento ao RE do Instituto Nacional do Seguro Social ao entendimento de que, não havendo atraso na satisfação do débito, não incidem juros moratórios entre a data da expedição e a data do efetivo pagamento do precatório, nos termos da ementa a seguir transcrita:

'EMENTA: Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 6. Descaracterização da



AI 713.551-AgR / PR

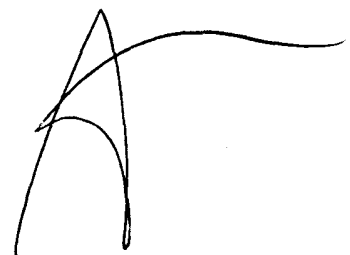
mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 7. Recurso extraordinário provido'.

Esse entendimento se aplica, da mesma forma, ao período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório, porquanto somente haveria mora se descumprido o prazo constitucionalmente estabelecido. No mesmo sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 492.779-AgR/DF e RE 449.198/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 558.283-AgR/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia.

Isso posto, dou provimento ao agravo de instrumento para, desde logo, conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento (CPC, art. 544, § 3º e § 4º" (fls. 137-138).

Muito embora assista razão ao agravante quanto a não caber agravo de instrumento contra decisão do Tribunal de origem que determina o sobrestamento do feito com fundamento no art. 543-B do CPC, razões de economia processual e celeridade justificam a manutenção da decisão ora atacada.

No caso concreto, o provimento do recurso extraordinário teve como resultado a aplicação da orientação da Corte no sentido de que não incidem juros moratórios entre a data da expedição e a do efetivo pagamento do precatório, o que também vale para o período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório.



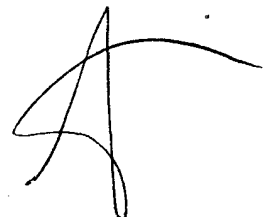
AI 713.551-AgR / PR

Tal entendimento foi recentemente reafirmado no julgamento do RE 591.085/MS de minha relatoria quando o Plenário deste Tribunal

"resolveu questão de ordem em recurso extraordinário interposto contra acórdão que considerara que os juros de mora incidem no período compreendido entre a data da expedição e a do pagamento do precatório, quando realizado até o final do exercício seguinte, para: a) reconhecer a existência de repercussão geral relativamente à questão constitucional versada no recurso; b) ratificar o entendimento firmado pelo Tribunal sobre o tema, no sentido de que, somente se descumprido o prazo constitucional previsto para o pagamento dos precatórios, qual seja, até o final do exercício seguinte, poder-se-á falar em mora e, em consequência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso; c) denegar a distribuição dos demais processos que versem sobre a matéria, determinando a devolução dos autos à origem para a adoção dos procedimentos previstos no art. 543-B, § 3º, do CPC. Quanto ao mérito, por maioria, o Tribunal deu provimento ao recurso. Vencido o Min. Marco Aurélio que o desprovia" (Informativo 531 do STF).

É importante frisar que a reconsideração da decisão agravada e a devolução dos autos à origem teriam como única consequência a aplicação do entendimento por essa Corte firmado e já aplicado pela decisão ora agravada. Assim, entendo por prevalecer o princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF).

Isso posto, nego provimento ao agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 713.551-2**

PROCED.: PARANÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

AGTE.(S): ESPÓLIO DE ALCEBÍADES GRACILIANO RODRIGUES

ADV.(A/S): JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE


AGDO.(A/S): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

ADV.(A/S): PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito. 1ª Turma, 23.06.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.


Ricardo Dias Duarte
✓Coordenador